

A FOGUEIRA NUNCA *se* APAGOU

Dos contadores de histórias
da Idade da Pedra à
Inteligência Artificial

Como as narrativas construíram
a memória, a cooperação, a religião,
o poder e a mente humana

FRANCISCO GONÇALVES



FRAGMENTOS DO CAOS · ENSAIO

A Fogueira Nunca se Apagou

Dos contadores de histórias da Idade da Pedra à Inteligência Artificial

*Como as narrativas construíram a memória, a cooperação, a
religião, o poder e a mente humana*

Francisco Gonçalves

Agosto de 2026

Nota editorial

Esta é uma primeira versão de manuscrito concebida como ensaio histórico e científico de divulgação, em português de Portugal e grafia pré-Acordo Ortográfico de 1990.

O livro combina história cultural, antropologia, psicologia, neurociência e estudos de comunicação. Sempre que a evidência científica é recente ou discutida, o texto assinala limites e evita apresentar hipóteses como factos estabelecidos.

As populações contemporâneas de caçadores-recolectores citadas não são tratadas como “fósseis vivos”; os estudos servem para compreender funções sociais possíveis da narrativa em sociedades humanas de pequena escala.

Pesquisa científica e apoio editorial: Augustus Veritas, um assistente de IA da OpenAI.

© 2026 Francisco Gonçalves. Manuscrito de trabalho.

“O primeiro poder humano foi contar histórias. O segundo foi convencer os outros de que só havia uma história possível.”

— Francisco Gonçalves

Índice

Prólogo — Antes da escrita, a voz

1 — A noite em que o dia ficou maior

2 — O cérebro não é uma câmara de vídeo

3 — A máquina de fabricar sentido

4 — O contador torna-se instituição

5 — Quando a história entrou na argila

6 — Homero e a memória antes do livro

7 — Quando as histórias se tornaram sagradas

8 — O púlpito, a praça e o manuscrito

9 — Gutenberg e a primeira escalada

10 — Lutero, panfletos e a guerra pela versão dos acontecimentos

11 — Revoluções: quando o povo entrou na história

12 — A invenção da nação como memória

13 — O jornal, a cidade e a industrialização da atenção

14 — A publicidade descobre que o produto precisa de uma história

15 — Rádio: uma voz dentro de milhões de casas

16 — Cinema: quando a história aprendeu a ocupar os sentidos

17 — Televisão: a fogueira instala-se na sala

18 — O político como personagem

19 — A Internet quebra o monopólio do contador

20 — O algoritmo aprende aquilo que nos prende

21 — A mentira que vem embrulhada numa boa história

22 — O que acontece quando somos transportados

23 — Emoção não é inimiga da razão

24 — A inteligência artificial torna-se contador de histórias

25 — A história que conhece o ouvinte

26 — Aprender a viver entre histórias

Epílogo — A cadeira vazia

Caderno de Ciência I — O que queremos dizer com “cérebro narrativo”

Caderno de Ciência II — Memória: reconstruir não é recordar mal

Caderno de Ciência III — Ficção, empatia e as promessas exageradas

Caderno de Ciência IV — Persuasão por IA: sinal de alarme, não profecia

Nota final — Sobre este livro

Cronologia — Da fogueira ao algoritmo

Bibliografia seleccionada e leituras recomendadas

Como ler este livro

Este não é um livro sobre a ideia simplista de que “as histórias controlam as pessoas”. É um livro sobre a razão pela qual narrativas são tão úteis para cérebros humanos, tão importantes para sociedades e, precisamente por isso, tão atraentes para quem exerce poder.

A viagem é cronológica, mas regressa continuamente à mesma pergunta: o que muda quando uma história consegue viajar mais longe, durar mais tempo, chegar a mais pessoas ou adaptar-se melhor a quem a escuta?

As passagens de neurociência foram escritas para leitores não especialistas. O objectivo não é decorar nomes de regiões cerebrais; é perceber como memória, linguagem, emoção e cognição social cooperam quando seguimos acontecimentos ao longo do tempo.

Ao longo do texto, exemplos históricos são usados como janelas e não como explicações totais. Nenhuma sociedade cabe numa única narrativa — esta é, afinal, uma das teses do próprio livro.

PARTE I

A Fogueira e o Cérebro

A mesma necessidade humana, outra máquina de transmissão.

Prólogo — Antes da escrita, a voz

Numa noite sem electricidade, sem cidades e sem livros, um pequeno grupo de seres humanos reúne-se à volta do fogo. A luz não chega muito longe. Para lá do círculo iluminado começa a escuridão, e a escuridão contém tudo aquilo que o grupo não controla: predadores, inimigos, tempestades, espíritos imaginados e perigos que talvez tenham sido reais na geração anterior. Dentro do círculo existe outra coisa. Existe linguagem.

Alguém começa a falar.

Talvez conte como um caçador encontrou água durante uma seca. Talvez recorde um antepassado. Talvez descreva uma desavença antiga e a maneira como terminou. Talvez fale de uma criatura que nunca existiu. Não sabemos. A pré-história, por definição, não nos deixou actas da reunião.

Mas sabemos algo muito importante: onde encontramos sociedades humanas, encontramos histórias. E estudos antropológicos modernos permitem observar em comunidades de caçadores-recolectores funções que ajudam a imaginar o que a narrativa poderá ter representado durante grande parte da nossa evolução. Entre os Ju/'hoansi da África austral, Polly Wiessner verificou que as conversas nocturnas à luz do fogo diferiam das conversas do dia. Durante o dia predominavam assuntos práticos e sociais imediatos; à noite aumentavam histórias, cerimónias, recordações e conversas capazes de transportar as pessoas para além do aqui e agora. Entre os Agta das Filipinas, Daniel Smith e colegas encontraram histórias que transmitiam normas de cooperação, igualdade e comportamento social; acampamentos com maior proporção de bons contadores apresentavam mais cooperação, e os bons narradores eram parceiros sociais particularmente valorizados.

Não podemos pegar nestas populações contemporâneas e usá-las como fósseis vivos. Seria um erro antropológico grosseiro. Elas têm as suas histórias, transformações e contactos. Mas podemos aprender com elas uma coisa mais subtil: contar histórias é uma actividade

suficientemente antiga e suficientemente universal para ter desempenhado funções sociais muito antes da escrita.

Este livro acompanha essa tecnologia invisível.

Começa junto da fogueira e segue-a até às tábuas de argila, aos poemas épicos, aos templos, aos palácios, aos púlpitos, à imprensa, à propaganda política, ao cinema, à rádio, à televisão, às redes sociais e finalmente à inteligência artificial.

Ao longo do caminho há uma pergunta constante: porque é que o cérebro humano gosta tanto de narrativas?

A neurociência contemporânea começou a responder. Não encontrou um pequeno órgão chamado “centro das histórias”. Encontrou algo muito mais interessante: uma cooperação dinâmica entre sistemas de linguagem, memória, emoção, atenção, conhecimento social e construção de significado. O hipocampo ajuda a organizar acontecimentos e a relacioná-los no tempo. A chamada rede de modo padrão integra aquilo que estamos a receber com memórias, conhecimento anterior e modelos sobre pessoas e situações. Em momentos que percebemos como fronteiras entre acontecimentos, o cérebro pode reactivar informação de episódios anteriores para construir coerência. Uma narrativa, neste sentido, não é apenas uma sequência de frases. É uma máquina cognitiva para ligar acontecimentos separados.

E essa máquina tem uma propriedade política.

Quem consegue escolher quais acontecimentos serão ligados, quem será apresentado como herói, quem será culpado, onde a história começa e como termina, consegue influenciar a interpretação da realidade.

Foi assim com reis e sacerdotes. Foi assim com revolucionários e impérios. Foi assim com a publicidade. É assim com partidos políticos. E começa a ser assim com sistemas capazes de produzir milhões de mensagens personalizadas a custo quase nulo.

Em 2025, experiências publicadas em *Nature Human Behaviour* mostraram que um modelo de linguagem, quando recebia informação pessoal sobre o interlocutor, podia superar seres humanos em

determinados debates persuasivos. No mesmo ano, outros trabalhos mostraram que conversas com inteligência artificial conseguiam alterar preferências políticas em experiências controladas. Isto não significa que as máquinas tenham descoberto um botão secreto no cérebro. Significa algo talvez mais inquietante: a velha arte humana de adaptar uma história ao ouvinte tornou-se automatizável e escalável.

A fogueira não se apagou.

Mudou de suporte.

Durante milhares de gerações, a história tinha de caber na memória de alguém. Depois coube na argila, no papiro, no pergaminho, no papel, na película, na fita magnética e no silício. Agora pode ser gerada no instante em que é recebida.

Esta é, portanto, uma história sobre histórias.

Mas é também uma história sobre poder.

E, no fim, sobre liberdade.

1 — A noite em que o dia ficou maior

O domínio do fogo mudou o destino humano por razões que parecem evidentes: calor, protecção, luz e comida cozinhada. Mas há uma consequência menos visível. O fogo aumentou o dia social.

Quando o Sol desaparece numa sociedade sem iluminação artificial, certas actividades económicas tornam-se difíceis ou impossíveis. O fogo cria então um espaço estranho: tempo acordado que já não é inteiramente produtivo no sentido imediato. É precisamente esse tempo aparentemente “improdutivo” que pode ter sido extraordinariamente produtivo para a cultura.

O estudo de Polly Wiessner sobre os Ju/'hoansi tornou esta intuição empiricamente interessante. Ao comparar conversas diurnas e nocturnas, encontrou uma mudança de assunto e de função. A luz do dia era dominada pelas exigências concretas da vida. A noite libertava a conversa para pessoas ausentes, acontecimentos passados, seres imaginados, instituições, relações e mundos que não estavam fisicamente presentes.

Isto pode parecer trivial. Não é.

Um animal reage sobretudo ao que está diante dele. Um ser humano consegue passar uma noite inteira emocionado com alguém que morreu antes de ele nascer. Consegue discutir uma caçada que acontecerá na próxima estação. Consegue temer uma entidade invisível. Consegue admirar a coragem de um antepassado e modificar o próprio comportamento em função dessa admiração.

A narrativa expande o presente.

Permite importar para o momento experiências que aconteceram noutra lugar, noutra época ou apenas na imaginação. Um contador competente consegue colocar dezenas de cérebros perante o mesmo perigo sem que o perigo esteja presente. Consegue fazer um grupo ensaiar mentalmente escolhas que ninguém precisa de executar naquele instante.

É tentador chamar a isso entretenimento primitivo. Seria uma leitura muito pobre.

Quando uma criança ouve que determinada personagem violou uma regra e sofreu consequências, não recebe apenas informação. Recebe uma simulação social. Quando alguém ouve como um parente distante resolveu uma disputa, actualiza o seu mapa de pessoas e possibilidades. Quando o grupo recorda quem ajudou numa crise, reforça reputações. Quando uma história termina com reconciliação, punição ou recompensa, oferece uma gramática para interpretar comportamentos futuros.

Daniel Smith e colegas estudaram narradores Agta e encontraram precisamente esta dimensão normativa. Aproximadamente setenta por cento das histórias analisadas de várias sociedades de forrageadores continham material relacionado com comportamento social. No caso Agta, as narrativas recolhidas transmitiam temas como cooperação, igualdade e aceitação social. Bons narradores eram preferidos como companheiros de acampamento e estavam associados a ambientes mais cooperativos.

Há que resistir a uma conclusão demasiado arrumada. Não podemos afirmar que a narrativa “evoluiu para” ensinar cooperação como se a selecção natural tivesse emitido um caderno de encargos. Uma característica complexa pode adquirir muitas funções e ser sustentada por vários benefícios. Histórias também entretêm, seduzem, assustam, recordam paisagens, ensinam técnicas, afirmam estatuto e permitem brincar com mundos impossíveis.

Mas uma hipótese torna-se plausível: narrar ajudou seres humanos a coordenar expectativas.

E coordenação é um problema central para uma espécie hypersocial.

Imaginemos dez pessoas que dependem umas das outras. Não basta cada uma saber o que deve fazer. É útil que cada uma saiba que as outras também sabem. Uma história pública cria conhecimento partilhado. Todos ouviram o mesmo exemplo. Todos conhecem a mesma personagem. Todos sabem o que aconteceu a quem traiu, partilhou ou abusou do poder.

A história torna-se uma espécie de software social.

Não é uma lei escrita. Não tem polícia. Não possui base de dados. Mas corre na memória das pessoas.

Essa característica ajuda a explicar porque as sociedades humanas investiram tanto prestígio em quem sabia contar. O contador pode não ser o melhor caçador. Mesmo assim transporta um recurso raro: consegue prender atenção colectiva e reorganizar significado.

A partir daqui surge uma consequência que acompanhará o resto deste livro.

Se o contador ajuda o grupo a decidir o que é admirável, vergonhoso, perigoso ou sagrado, então o contador não transmite apenas cultura. Participa na sua governação.

A fogueira é, ao mesmo tempo, sala de aula, arquivo, teatro e pequena assembleia.

E talvez seja também o primeiro estúdio de comunicação política.

2 — O cérebro não é uma câmara de vídeo

A memória humana seria um desastre como sistema de videovigilância.

Não grava continuamente tudo o que entra pelos olhos e ouvidos. Não preserva uma cópia neutra do passado. Não permite rebobinar uma experiência e recuperar cada detalhe exactamente como ocorreu. Felizmente, não foi para isso que evoluiu.

A memória é selectiva, reconstrutiva e orientada para significado.

Frederic Bartlett mostrou isso de forma clássica no século XX com experiências de recordação de histórias. Ao recordar materiais estranhos ao seu contexto cultural, participantes tendiam a transformar, omitir ou reorganizar elementos. A memória não era uma reprodução fotográfica. Era uma reconstrução guiada por esquemas, expectativas e conhecimento anterior.

A neurociência moderna tornou esta ideia muito mais concreta.

Quando acompanhamos uma história ou um filme, o cérebro não trata cada instante como uma unidade independente. Segmenta a experiência em acontecimentos. Uma mudança de lugar, de tempo, de objectivo ou de situação pode ser percebida como fronteira entre eventos. Essas fronteiras são importantes para a memória. Estudos naturalistas mostram alterações de actividade no hipocampo e em regiões corticais precisamente quando um acontecimento termina e outro começa.

Em 2023, Avital Hahamy, Haim Dubossarsky e Timothy Behrens mostraram que, durante a compreensão de narrativas naturais, o cérebro reactivava representações de acontecimentos anteriores em fronteiras de eventos. As reactivações surgiam no hipocampo e na rede de modo padrão e eram selectivas: recuperavam episódios anteriores relevantes para compreender aquilo que estava agora a acontecer.

Em termos humanos, é aquilo que fazemos constantemente quando uma história “faz sentido”.

Uma personagem abre uma gaveta e encontra uma fotografia. Para compreender o significado emocional da fotografia, o cérebro precisa de recuperar o que aconteceu vinte minutos antes. Um nome volta a aparecer e imediatamente recordamos quem era. Uma decisão final adquire força porque reinterpreta acontecimentos anteriores.

A coerência não está no estímulo isolado. Está nas ligações.

Em 2025, Jiwoong Park, Hayoung Song e Won Mok Shim estudaram os sistemas hipocampais envolvidos na codificação e sequenciação de acontecimentos durante compreensão narrativa. O trabalho reforçou a ideia de que diferentes componentes do hipocampo participam em representar acontecimentos e na sua ordem temporal, permitindo construir uma estrutura coerente enquanto a história se desenrola.

Outro estudo de 2025, usando filmes e recordação posterior, encontrou subespaços neurais no hipocampo associados a novidade, formação de memória e memorabilidade. De novo, as fronteiras entre acontecimentos surgiram como momentos particularmente importantes.

E em Julho de 2026 ocorreu uma pequena revolução metodológica silenciosa. Investigadores publicaram o conjunto de dados SUMMER: actividade de 2.286 neurónios registados em 29 pacientes enquanto viam um filme completo com 83 minutos. Os eléctrodos estavam em estruturas do lobo temporal medial, incluindo hipocampo e amígdala. Não era ainda uma teoria acabada da narrativa. Era algo talvez mais valioso: matéria-prima para estudar o cérebro humano perante uma experiência longa, dinâmica e semanticamente rica.

Isto faz parte de uma transformação chamada por vezes neurociência naturalista.

Durante décadas, muitos estudos cognitivos precisaram de reduzir a vida a estímulos controlados: uma palavra, uma imagem, um som, uma decisão curta. Esse método permitiu descobertas fundamentais. Mas uma história é um fenómeno temporal longo. As relações entre acontecimentos podem estar separadas por minutos. A emoção muda. O contexto acumula-se. A memória interfere com percepção. As personagens adquirem significado.

Estudar narrativa obriga o laboratório a aproximar-se um pouco da vida.

A grande lição é que o cérebro parece funcionar menos como arquivo de fotogramas e mais como construtor de modelos.

Ele pergunta, sem palavras: o que está a acontecer? Quem quer o quê? O que mudou? Isto lembra-me o quê? O que provavelmente vem a seguir?

É por isso que uma boa história consegue ser lembrada mesmo quando esquecemos muitas das suas frases.

Guardamos estrutura.

Guardamos causalidade.

Guardamos personagens.

Guardamos aquilo que julgámos importante.

E às vezes guardamos também coisas que nunca aconteceram exactamente daquela maneira.

A narrativa adapta-se maravilhosamente a esse sistema porque oferece aquilo de que a memória gosta: acontecimentos discretos, relações causais, objectivos, conflitos, emoção e resolução.

Talvez não seja correcto dizer que o cérebro “foi feito para histórias”. A frase é demasiado forte para a evidência disponível.

É mais prudente dizer que as histórias exploram de forma extraordinariamente eficaz mecanismos que o cérebro utiliza para compreender experiências complexas ao longo do tempo.

E isso basta para lhes dar poder.

3 — A máquina de fabricar sentido

Uma frase pode ser compreendida pela rede cerebral da linguagem. Uma história exige muito mais.

É necessário perceber as palavras, naturalmente. Mas também quem fala, o que sabe, o que pretende esconder, o que aconteceu antes, o que mudou, o que uma personagem sente e porque uma acção aparentemente banal pode ser decisiva.

A investigação contemporânea ajuda a separar estes componentes.

Uma revisão de 2024 liderada por Evelina Fedorenko descreve a rede central da linguagem como um sistema fortemente interligado, sobretudo em regiões frontais e temporais do hemisfério esquerdo, especializado no processamento linguístico. Esta rede não é simplesmente “o pensamento”. Nem contém sozinha toda a compreensão narrativa.

Quando a história exige interpretar pessoas, construir contexto e integrar informação ao longo do tempo, entram em jogo outros sistemas.

A rede de modo padrão, durante muito tempo associada a estados internos como recordar, imaginar o futuro ou divagar, é hoje cada vez mais entendida como participante na construção de significado. Yaara Yeshurun, Mai Nguyen e Uri Hasson propuseram vê-la como uma rede que integra informação externa com memórias e conhecimento interno para produzir modelos ricos e dependentes do contexto.

Em experiências com filmes, essa rede apresenta padrões ligados ao conteúdo semântico que se acumula à medida que a narrativa progride. Um estudo de 2023 que analisou mais de cinquenta mil imagens cerebrais de pessoas a ver *Forrest Gump* encontrou a rede de modo padrão como particularmente envolvida na resposta ao desenrolar semântico da história, em interacção com hipocampo e amígdala.

Isto aproxima-nos de uma definição útil.

Uma narrativa é uma arquitectura de sentido ao longo do tempo.

Os acontecimentos não são apenas colocados uns depois dos outros. São relacionados.

O rapaz sai de casa.

Isso é um acontecimento.

O rapaz sai de casa porque discutiu com o pai.

Agora existe causalidade.

O rapaz sai de casa porque descobriu que o homem que julgava ser seu pai mentiu durante vinte anos.

Agora existe passado, identidade, intenção e conflito.

O cérebro precisa de manter um modelo que se actualiza.

Este trabalho de modelação aproxima narrativa e cognição social. Compreender histórias de pessoas exige aquilo a que a psicologia chama teoria da mente: inferir crenças, intenções, emoções e conhecimento de outros. Meta-análises recentes mostram que a mentalização depende de uma rede distribuída que inclui regiões temporoparietais, temporais e pré-frontais mediais, parcialmente sobrepostas com sistemas de conhecimento semântico.

Também aqui convém evitar mitos populares. Ler ficção não transforma automaticamente alguém num santo empático. A literatura sobre ficção e teoria da mente é interessante, mas apresenta efeitos modestos, diferenças metodológicas e dificuldades de replicação. Estudos longitudinais sugerem associações, mas nem sempre demonstram que a leitura causa melhorias duradouras.

O ponto importante é outro: acompanhar personagens obriga frequentemente a simular perspectivas.

Durante algumas páginas, o leitor tem de habitar uma mente que não é a sua.

Isso torna a narrativa uma espécie de laboratório social portátil.

Pode experimentar ciúme sem trair ninguém.

Pode acompanhar uma batalha sem levar uma lança.

Pode observar um tirano por dentro.

Pode amar uma personagem que não existe.

Pode morrer centenas de vezes e fechar o livro ao jantar.

É difícil imaginar tecnologia cognitiva mais barata.

Mas a mesma capacidade de simulação cria vulnerabilidade.

Se uma narrativa consegue construir um mundo suficientemente coerente, o ouvinte pode temporariamente aceitar premissas desse mundo para acompanhar a história. A psicologia chama transporte narrativo ao estado de imersão no qual atenção, imaginação e emoção ficam concentradas na narrativa. Revisões e meta-análises mostram que maior transporte pode estar associado a alterações de crenças, atitudes e intenções.

Não significa hipnose.

Significa redução de distância psicológica.

Uma estatística diz que cem mil pessoas foram deslocadas.

Uma narrativa apresenta uma família que fecha a porta da casa pela última vez.

A estatística informa escala.

A história produz simulação.

Uma sociedade madura precisa das duas.

O problema começa quando substituímos uma pela outra.

Uma história particular pode ser verdadeira e ao mesmo tempo pouco representativa. Um caso extremo pode dominar a percepção de um fenómeno raro. Uma personagem pode tornar emocionalmente plausível uma causalidade que os dados não sustentam.

O cérebro procura sentido.

A narrativa oferece-o.

É precisamente por isso que devemos amá-la com prudência.

4 — O contador torna-se instituição

Num pequeno grupo, o contador de histórias é uma pessoa.

Numa sociedade maior, a função começa a separar-se da pessoa e a instalar-se em instituições.

À medida que comunidades crescem, surgem problemas novos. Já não é possível conhecer directamente todos os membros. A memória de relações pessoais deixa de ser suficiente. Aparecem hierarquias, especializações, excedentes, territórios, autoridades permanentes e conflitos entre grupos maiores.

As narrativas acompanham essa expansão.

Um chefe não é apenas um homem forte. Pode tornar-se descendente de um fundador.

Uma colina não é apenas terreno. Pode ser o lugar onde começou o povo.

Uma fronteira não é apenas uma convenção. Pode ser terra prometida, herança ancestral ou espaço sagrado.

A história transforma geografia em identidade.

Esse salto é decisivo porque permite cooperação entre estranhos.

Duas pessoas que nunca se encontraram podem sentir-se ligadas se acreditarem partilhar antepassados, símbolos, deuses, leis ou destino. Não é necessário que a narrativa seja literalmente verdadeira em todos os detalhes para produzir efeitos sociais reais. Basta que seja suficientemente partilhada.

Mas a escala também altera a relação entre narrativa e poder.

Numa fogueira pequena, o ouvinte conhece o contador. Pode interrompê-lo. Pode recordar outra versão. Pode rir-se. Pode corrigir.

Num palácio, templo ou aparelho de Estado, a narrativa ganha arquitectura.

Há cerimónias.

Há especialistas.

Há calendários.

Há vestuário.

Há espaços que impressionam.

Há punições para heresia ou traição.

O acto de contar deixa de depender apenas de eloquência. Passa a beneficiar da autoridade institucional.

É aqui que aparece uma das tecnologias políticas mais antigas: naturalizar a ordem social através de uma história.

Se o rei governa porque venceu uma eleição, a autoridade parece contingente. Pode perder a próxima.

Se governa porque descende de uma linhagem escolhida pelos deuses, a desigualdade deixa de parecer uma decisão humana. Torna-se parte da ordem do universo.

A narrativa faz uma operação extraordinária: converte política em cosmologia.

Isso não significa que religiões tenham sido inventadas simplesmente como conspirações de governantes. Seria historicamente infantil. Crenças religiosas emergem de experiências humanas profundas: morte, incerteza, causalidade, ritual, pertença, medo, êxtase, moralidade e procura de sentido. Instituições religiosas também criaram solidariedade, assistência, educação, arte e resistência ao poder.

Mas uma crença capaz de organizar significado é inevitavelmente relevante para quem organiza pessoas.

O poder aprende a habitá-la.

E o contador transforma-se em sacerdote, escriba, poeta da corte, cronista e legislador.

O mundo já não depende apenas de memória oral.

Em breve, as histórias aprenderão a sobreviver sem cérebro humano algum.

PARTE II

A História Torna-se Instituição

A mesma necessidade humana, outra máquina de transmissão.

5 — Quando a história entrou na argila

A escrita começou por servir necessidades bastante menos românticas do que a literatura.

Contar cereais, registar transacções, controlar bens, identificar obrigações. A burocracia chegou cedo, como se a civilização tivesse decidido imediatamente demonstrar que qualquer grande invenção acabará numa repartição.

Na Mesopotâmia, sinais gravados em argila desenvolveram-se no sistema cuneiforme. A escrita permitiu uma mudança radical: a memória podia agora existir fora de uma mente viva.

Uma voz morre com o corpo se ninguém a repetir.

Uma tábua pode esperar.

Esta mudança não matou a oralidade. Durante milénios, escrita e voz viveram misturadas. Textos eram lidos em voz alta. Poemas continuavam a ser executados. Histórias escritas conservavam marcas de tradições anteriores. A nova tecnologia não substituiu a velha fogueira; deu-lhe armazenamento.

Nenhum exemplo é mais simbólico do que a Epopeia de Gilgamesh.

O British Museum conserva fragmentos de versões neo-assírias do poema provenientes da biblioteca de Assurbanípal, do século VII a.C. Mas a tradição é muito anterior. Histórias sumérias independentes sobre Gilgamesh circularam antes de serem reunidas e transformadas ao longo de séculos em versões acádicas. Fragmentos foram encontrados em regiões distantes, sinal da difusão extraordinária da narrativa.

O que é impressionante em Gilgamesh não é apenas a idade.

É a familiaridade.

Amizade.

Ambição.

Poder.

Perda.

Medo da morte.

Procura de imortalidade.

Um rei que parecia maior do que a vida descobre que a morte continua maior do que o rei.

Mais de três mil anos depois, não precisamos de acreditar nos deuses mesopotâmicos para reconhecer a pergunta.

Isto revela uma propriedade fundamental da narrativa escrita: consegue atravessar instituições que a produziram.

Impérios desaparecem.

Línguas morrem.

Deuses perdem templos.

Uma história permanece decifrável numa peça de barro partida.

A escrita aumenta drasticamente a fidelidade potencial da transmissão. Uma tradição oral pode conservar estruturas durante muitas gerações, mas cada performance é também uma reconstrução. Com texto, palavras podem ser copiadas, comparadas e canonizadas. Aparece a possibilidade de perguntar: “qual é a versão correcta?”

E essa pergunta muda o poder.

Quando uma lei, genealogia, oração ou mito fica fixado, passa a existir um objecto que pode ser invocado contra a memória de alguém.

“Está escrito.”

Poucas frases terão adquirido tanta autoridade na história humana.

A escrita transforma narrativa em documento.

E o documento pode viajar sem o contador.

Pode ser arquivado.

Pode ser escondido.

Pode ser censurado.

Pode ser copiado.

Pode ser declarado sagrado.

A história deixou de depender inteiramente da presença humana.

O primeiro passo para o algoritmo talvez tenha sido uma marca em argila.

6 — Homero e a memória antes do livro

Séculos antes de leitores comprarem um volume e o levarem para casa, um poema podia existir como performance.

A *Iliada* e a *Odisseia* chegaram até nós em forma escrita, mas a sua composição está profundamente ligada a tradições orais. A teoria oral-formular, desenvolvida no século XX a partir do trabalho de Milman Parry e Albert Lord, mostrou como expressões repetidas, fórmulas métricas e cenas-tipo podiam ajudar cantores a compor e recompor longas narrativas em performance.

Isto obriga-nos a abandonar uma imagem moderna do autor.

Imaginamos frequentemente Homero sentado a escrever uma obra do princípio ao fim, como um romancista diante do computador. A realidade histórica é muito menos arrumada. Os poemas emergiram de uma tradição que viveu na voz de muitos intérpretes e foi sendo estabilizada de formas que os especialistas continuam a discutir.

A oralidade cria uma relação particular entre memória e criação.

O objectivo não é decorar milhares de versos como quem memoriza uma lista telefónica. O intérprete dispõe de estruturas, fórmulas, episódios e padrões que permitem produzir a narrativa dentro de convenções reconhecidas.

É uma memória generativa.

O mesmo princípio aparece em muitas tradições orais: o que se transmite não é necessariamente uma gravação verbal exacta, mas uma arquitectura que permite reconstruir.

Esta distinção é importante para compreender o cérebro narrativo.

Memorizar uma história e memorizar uma sequência arbitrária são tarefas diferentes. Uma história oferece causalidade e hierarquia. Alguns acontecimentos são centrais, outros periféricos. Existem personagens, objectivos e mudanças. A informação pode ser recuperada por relações de significado.

A neurociência contemporânea, ao estudar acontecimentos naturais, encontra precisamente esta organização. O cérebro segmenta fluxo contínuo, relaciona acontecimentos e usa conhecimento anterior para

construir uma estrutura. Não é difícil perceber por que razão fórmulas, repetições e padrões rítmicos aumentam ainda mais a transmissibilidade.

O ritmo oferece previsibilidade.

A repetição oferece pontos de apoio.

A personagem oferece continuidade.

O conflito oferece tensão.

A resolução oferece encerramento.

Uma sociedade sem arquivo central pode armazenar quantidades surpreendentes de informação em pessoas treinadas e em formas culturais optimizadas para a memória humana.

Mas Homero mostra também outra função.

A epopeia não é apenas memória de acontecimentos. É memória de valores.

O que significa coragem?

O que deve um guerreiro ao seu grupo?

O que vale a glória diante da morte?

O que acontece quando orgulho e honra entram em colisão?

Quem merece ser chorado?

A narrativa não apresenta essas perguntas num tratado. Encena-as em pessoas.

É uma diferença essencial.

Uma regra diz: a arrogância é perigosa.

Uma epopeia mostra alguém perder por causa dela.

O ouvinte não recebe apenas a conclusão. Acompanha o processo emocional que a torna plausível.

Daqui nasce uma das propriedades mais duradouras da literatura política e moral: personagens funcionam como argumentos encarnados.

Aquiles não precisa de apresentar uma tese académica sobre honra. A sua vida dentro do poema torna a questão impossível de evitar.

É por isso que as culturas constroem heróis.

O herói é uma norma com rosto.

E um rosto é muito mais fácil de recordar do que uma abstracção.

7 — Quando as histórias se tornaram sagradas

Em determinado momento da história, algumas narrativas adquiriram uma protecção especial.

Já não eram apenas histórias antigas.

Eram revelação, tradição sagrada, memória fundadora ou verdade religiosa.

Isto aconteceu de formas diferentes em culturas diferentes. Não existe uma única trajectória que conduza do mito à religião institucional. Mas há um fenómeno comum: narrativas sobre origem, divindade, sofrimento, lei, morte e salvação podem tornar-se estruturas centrais da vida colectiva.

Religiões não são simplesmente conjuntos de histórias. Incluem doutrina, ritual, ética, experiência, comunidade, instituições, música, arquitectura e práticas de vida. Reduzi-las a propaganda seria tão absurdo como reduzir ciência a tabelas.

No entanto, a narrativa desempenha nelas uma função extraordinária.

Uma história de criação explica de onde vem o mundo.

Uma história de queda explica por que existe sofrimento.

Uma história de libertação explica quem é o povo.

Uma vida exemplar mostra como alguém deve agir.

Uma narrativa escatológica explica para onde tudo se dirige.

A religião oferece assim algo que uma lista de regras dificilmente consegue oferecer: uma posição dentro do cosmos.

O indivíduo não recebe apenas “faz isto”. Recebe “tu estás aqui, vieste daqui, estas forças actuam no mundo e a tua vida significa isto”.

É uma máquina de significado de enorme potência.

Da perspectiva cognitiva, compreende-se parte do seu apelo. O cérebro procura causas, agentes, intenções e continuidade. A morte é especialmente intolerável a um sistema capaz de representar o futuro. Sabemos que vamos deixar de existir, mas não conseguimos

experimentar a nossa própria inexistência. Narrativas religiosas oferecem modelos para pensar essa ruptura.

A ciência pode estudar mecanismos cognitivos envolvidos em crença e ritual, mas não possui instrumentos para decidir questões metafísicas últimas. Um scanner cerebral pode mostrar que áreas se activam durante oração; não pode provar nem refutar Deus. É importante manter esta fronteira, precisamente porque a história está cheia de pessoas muito confiantes a usar ferramentas erradas para responder a perguntas erradas.

Politicamente, porém, uma narrativa sagrada introduz um problema fascinante.

Uma norma humana pode ser negociada.

Uma norma atribuída a autoridade transcendente torna-se mais difícil de contestar.

Isto pode estabilizar cooperação e moralidade, mas também pode endurecer conflito.

Quando duas pessoas discordam sobre imposto, podem encontrar compromisso.

Quando acreditam que o adversário desafia uma ordem sagrada, o espaço de negociação encolhe.

Ao longo da história, poderes políticos procuraram aliar-se a legitimidades religiosas. Reis foram ungidos. Imperadores receberam atributos divinos. Dinastias reivindicaram mandatos celestes. Mas a relação nunca foi apenas de submissão religiosa ao Estado. Instituições religiosas também limitaram governantes, preservaram textos, mobilizaram oposição e forneceram autoridades concorrentes.

A narrativa cria poder, mas o poder raramente consegue monopolizá-la para sempre.

O mesmo texto pode legitimar o rei e inspirar o rebelde.

A mesma parábola pode justificar ordem e exigir justiça.

É uma característica essencial das grandes histórias: sobrevivem aos interesses de quem tenta possuí-las.

Quando uma narrativa se torna sagrada, aumenta a sua resistência ao tempo.

Mas aumenta também a disputa sobre quem tem direito a interpretá-la.
A luta pelo poder passa então a incluir uma luta pela leitura.

8 — O púlpito, a praça e o manuscrito

A Europa medieval não era um mundo silencioso à espera que Gutenberg inventasse comunicação.

Havia sermões, canções, teatro, pregadores itinerantes, mercados, anúncios públicos, peregrinações, rituais, histórias de santos, crónicas e uma intensa circulação oral de informação. Manuscritos coexistiam com essa cultura de voz e imagem.

A distinção moderna entre “meios” é enganadora para esse período.

Um texto podia ser copiado num mosteiro, lido em voz alta, resumido num sermão, transformado em imagem e recontado por alguém que nunca o tinha visto escrito.

A narrativa circulava por ecossistemas híbridos.

A própria arquitectura comunicava. Uma catedral organizava espaço, luz, som e imagem de modo a produzir uma experiência. Uma procissão transformava uma narrativa religiosa em movimento colectivo. Um calendário de festas repetia histórias até se tornarem parte da estrutura do ano.

Isto ensina uma lição que será importante quando chegarmos às redes sociais: a mensagem nunca é apenas conteúdo.

É também ritual, contexto, repetição e autoridade.

O pregador fala de cima.

A multidão escuta em conjunto.

O edifício confirma solenidade.

A repetição anual transforma memória em hábito.

Uma história contada num contexto destes não compete em igualdade com uma anedota na taberna.

O poder narrativo depende do ambiente de recepção.

Ainda assim, a cultura medieval estava longe de ser uniforme. Tradições populares, sátiras, narrativas locais e interpretações divergentes circulavam continuamente. O controlo da informação nunca foi perfeito. Nem mesmo quando copiar um livro exigia trabalho extraordinário.

O manuscrito tinha uma limitação evidente: escala.

Copiar era lento.

Corrigir era difícil.

Distribuir era caro.

Duas cópias podiam divergir.

Uma biblioteca representava investimento enorme.

Isto limitava a velocidade com que uma polémica escrita podia atravessar regiões.

Mas também criava autoridade material. Um livro era objecto precioso. A raridade podia aumentar prestígio.

Quando a impressão alterar essa economia, não criará apenas mais textos.

Criará outra relação psicológica com repetição.

Uma mensagem idêntica poderá chegar a milhares de pessoas.

Uma imagem poderá ser reproduzida.

Uma polémica poderá responder a outra em semanas.

Um autor poderá adquirir público que nunca o ouviu falar.

A narrativa começará a separar-se definitivamente da presença física do contador.

É aí que a fogueira se transforma em indústria.

9 — Gutenberg e a primeira escalada

Johannes Gutenberg não inventou a escrita, o papel, a tinta ou sequer a impressão em sentido absoluto. A impressão por blocos e outras técnicas tinham histórias anteriores, sobretudo na Ásia. O que se consolidou na Europa do século XV foi um sistema de tipos móveis metálicos, prensa, tinta e produção capaz de alterar dramaticamente a reprodução de textos.

O efeito não foi imediato nem simples.

Tecnologias não entram numa sociedade como deuses mecânicos que reorganizam tudo numa noite. Precisam de capital, oficinas, alfabetização, redes de distribuição, mercados e procura.

Mas quando essas condições se combinaram, aconteceu algo gigantesco. A cópia tornou-se reprodução.

Este é um salto conceptual.

Um copista produz outro exemplar.

Uma prensa produz uma série.

A série permite padronização relativa, escala e velocidade.

Elizabeth Eisenstein descreveu a impressão como agente de mudança precisamente porque alterou condições de preservação, comparação e circulação de conhecimento. O impacto foi profundo no Renascimento, na Reforma e no desenvolvimento da ciência, embora historiadores tenham correctamente discutido versões demasiado deterministas da chamada “revolução da impressão”.

Para a narrativa política, a consequência é clara.

O contador já não precisa de estar diante do ouvinte.

Também não precisa de conhecer pessoalmente quem recebe a mensagem.

Pode falar para uma população abstracta chamada público.

Isto cria um novo tipo de poder e um novo tipo de ansiedade.

Autoridades percebem rapidamente que reprodução barata significa reprodução de erro, heresia, crítica e insulto. Surgem sistemas de licenciamento, censura e índices de livros proibidos. A reacção é

reveladora: quando elites tentam controlar uma tecnologia de comunicação, estão a reconhecer o poder que ela distribui.

A impressão muda ainda a relação entre versão e autoridade.

Uma narrativa pode circular com título, autor e forma relativamente estáveis. O leitor pode citar página. O adversário pode responder ao mesmo texto. A polémica ganha objecto comum.

Isto parece banal para nós porque vivemos depois do livro.

Mas representa uma mudança cognitiva e política enorme.

A oralidade é local e efémera.

O impresso é transportável e repetível.

Um sermão pode incendiar uma praça.

Um panfleto pode incendiar cinquenta cidades.

A fogueira aprendeu a fazer cópias de si própria.

10 — Lutero, panfletos e a guerra pela versão dos acontecimentos

A Reforma protestante é um dos grandes exemplos históricos de encontro entre uma transformação religiosa e uma tecnologia de comunicação.

Seria errado dizer que a impressão causou a Reforma. Havia conflitos teológicos, políticos, económicos e institucionais muito anteriores. Mas também seria difícil imaginar a velocidade e escala de determinadas polémicas reformistas sem a imprensa.

Andrew Pettegree mostrou como o movimento reformador e a indústria do livro se transformaram mutuamente. Panfletos curtos, vernaculares, relativamente baratos e visualmente eficazes permitiram alcançar públicos mais vastos do que o tratado académico tradicional.

Aqui aparece uma mudança que reconhecemos imediatamente no século XXI.

A mensagem adapta-se ao meio.

Um argumento pensado para um professor universitário não é o mesmo argumento pensado para circulação popular.

Surge simplificação.

Surge slogan.

Surge imagem.

Surge caricatura.

Surge repetição.

Surge identificação de adversários.

Em suma, surge uma cultura de persuasão massificada.

A Reforma também demonstra que um novo meio não elimina os anteriores. Pettegree insiste na combinação entre impresso, pregação, canção, teatro e imagem. Um panfleto podia alimentar um sermão. Uma canção podia transportar a mensagem para quem não lia. Uma gravura podia fixar um estereótipo.

É exactamente o que acontece hoje quando um discurso se transforma em excerto de vídeo, meme, comentário, podcast e reacção. Os meios formam circuitos.

A história muda de embalagem enquanto circula.

E cada embalagem altera a maneira como é recebida.

A Reforma oferece ainda uma lição sobre polarização narrativa.

Quando uma disputa deixa de ser apenas “qual interpretação está correcta?” e passa a ser “quem somos nós perante eles?”, a narrativa ganha identidade.

O adversário não está apenas errado.

Pode tornar-se corrupto, herege, opressor ou ameaça existencial.

A partir desse momento, factos novos são interpretados dentro de uma moldura já pronta.

O fenómeno não pertence a nenhuma tradição religiosa específica. É um padrão humano geral.

Uma identidade forte cria um filtro.

O nosso lado comete um erro: excepção.

O outro lado comete o mesmo erro: prova da sua natureza.

A imprensa não inventou esta assimetria mental.

Apenas lhe deu uma máquina de reprodução.

É a primeira vez na nossa viagem em que a narrativa começa a aproximar-se da velocidade suficiente para criar aquilo que hoje chamaríamos uma guerra de informação.

Ainda falta muito para o algoritmo.

Mas o princípio já está todo ali: mensagens curtas, públicos segmentados, imagens memoráveis, conflito identitário e uma tecnologia que reduz o custo de repetir.

PARTE III

A Industrialização da Narrativa

A mesma necessidade humana, outra máquina de transmissão.

11 — Revoluções: quando o povo entrou na história

A imprensa criou públicos. Os séculos seguintes descobriram que públicos podiam transformar-se em actores políticos.

As revoluções modernas foram também revoluções narrativas.

Não basta que uma sociedade esteja descontente. Para que milhares ou milhões de pessoas actuem em conjunto é necessário construir interpretações partilhadas: quem sofre, quem é responsável, o que foi perdido, o que pode ser conquistado e que futuro justifica o risco.

A Revolução Americana falou em liberdade, representação e direitos. A Revolução Francesa reorganizou o vocabulário político em torno de povo, cidadania, nação e igualdade jurídica. Em ambos os casos, textos, panfletos, jornais, símbolos, cerimónias, canções e imagens ajudaram a transformar conceitos abstractos em identidades mobilizadoras.

Uma narrativa revolucionária tem quase sempre estrutura dramática.

Há uma ordem antiga.

Há injustiça.

Há despertar.

Há conflito.

Há um momento em que o povo reconhece a própria força.

E há promessa de regeneração.

É uma estrutura tão poderosa que sobrevive mesmo quando a revolução real se torna muito mais confusa do que a história que a iniciou.

O passado é então reescrito para parecer inevitável. A velha ordem passa a ser descrita como inteiramente decadente; os precursores transformam-se em profetas; os acidentes tornam-se etapas de uma marcha histórica.

Aqui vemos um mecanismo cognitivo já familiar: depois de conhecer o desfecho, reorganizamos os acontecimentos anteriores para que pareçam conduzir naturalmente até ele.

A memória colectiva faz isto em grande escala.

Nações escolhem datas fundadoras.

Escolhem heróis.

Escolhem derrotas que passam a ser sacrifícios.

Escolhem vitórias que passam a ser destino.

Escolhem monumentos, hinos e feriados.

Nada disto implica que os acontecimentos sejam inventados. O poder está na selecção e ligação.

Uma nação contém milhões de vidas incompatíveis com qualquer narrativa simples. Ainda assim, para existir politicamente, precisa de alguma história comum. É uma das grandes tensões da modernidade: sociedades pluralistas necessitam de memória partilhada sem poder reduzir todos a uma única versão do passado.

Quando essa tensão corre bem, a narrativa nacional funciona como linguagem comum.

Quando corre mal, transforma-se em teste de pureza.

O cidadão deixa de ser alguém que participa numa comunidade política e passa a ser avaliado pela sua conformidade com uma história oficial.

“Verdadeiro francês.”

“Verdadeiro português.”

“Verdadeiro patriota.”

A adjectivação é sempre perigosa. Significa que alguém adquiriu o direito de decidir quem cabe dentro do pronome “nós”.

As revoluções mostraram que a narrativa podia derrubar reis.

Os Estados modernos aprenderiam depressa que também podia protegê-los.

12 — A invenção da nação como memória

Uma pessoa pode conhecer a família.

Pode conhecer a aldeia.

Não pode conhecer pessoalmente dez milhões de compatriotas.

Mesmo assim, pode morrer por eles.

Este é um dos fenómenos mais extraordinários da organização humana moderna.

A nação transforma desconhecidos em comunidade imaginada, para usar a expressão célebre de Benedict Anderson. “Imaginada” não significa falsa. Significa que a pertença depende de uma representação mental partilhada de pessoas que nunca se encontrarão.

A imprensa teve um papel central nesse processo. Jornais e livros em línguas vernaculares ajudaram populações dispersas a consumir acontecimentos dentro do mesmo horizonte simbólico. O leitor de manhã descobre que milhares de outros leitores estão a receber as mesmas notícias. Cria-se uma simultaneidade social.

A nação passa a ter uma história.

Não simplesmente muitas histórias de habitantes, mas uma biografia colectiva.

Nasceu.

Lutou.

Sofreu.

Venceu.

Foi traída.

Renasceu.

As personagens são reis, soldados, navegadores, mártires, poetas e às vezes pessoas que só muito depois descobriram que tinham sido recrutadas para um enredo nacional.

A escola moderna amplia esta narrativa. Ensina cronologias, mapas, símbolos, língua padrão e acontecimentos canónicos. O objectivo declarado é conhecimento; o efeito inevitável inclui identidade.

Portugal oferece exemplos claros. A expansão marítima pode ser narrada como extraordinária realização técnica e náutica, como empreendimento imperial violento, como encontro de culturas, como exploração económica ou como tudo isto ao mesmo tempo. A escolha de uma única moldura empobrece a história e aumenta a utilidade política.

Narrativas nacionais tornam-se especialmente poderosas quando unem orgulho e ferida.

Uma glória passada oferece estatuto.

Uma humilhação passada oferece ressentimento.

A combinação produz combustível político de longa duração.

Movimentos nacionalistas de diferentes épocas aprenderam a dizer: fomos grandes, fomos lesados, recuperaremos aquilo que nos pertence. É uma história emocionalmente quase perfeita.

Tem herói colectivo.

Tem inimigo.

Tem perda.

Tem promessa de restauração.

E possui uma vantagem cognitiva sobre uma análise histórica séria: cabe num cartaz.

A história académica, quando funciona, complica. Mostra causalidade múltipla, incerteza, contradição e mudança. A narrativa política simplifica. Precisa de conduzir a uma conclusão prática.

É aqui que surge uma diferença essencial entre memória e história.

A memória pergunta: o que devemos conservar?

A história pergunta: o que aconteceu, segundo a melhor evidência disponível?

As duas podem cooperar.

Mas quando a primeira domina completamente a segunda, o passado torna-se propriedade do presente.

13 — O jornal, a cidade e a industrialização da atenção

A Revolução Industrial não produziu apenas fábricas.

Produziu cidades maiores, alfabetização crescente, transportes mais rápidos, mercados de massa e novas rotinas de informação. O jornal deixou gradualmente de ser objecto de elites restritas e transformou-se num produto quotidiano para públicos cada vez mais amplos.

A narrativa entrou na economia da atenção.

Uma publicação precisa de informar, mas também precisa de ser comprada.

Daqui nasce uma tensão que continua connosco.

O acontecimento mais importante não é necessariamente o mais interessante.

O acontecimento mais interessante não é necessariamente o mais representativo.

O título que melhor descreve pode não ser o que mais vende.

Crime, escândalo, sexo, conflito e desastre possuem vantagens narrativas evidentes. Têm personagens, risco, surpresa e emoção. Uma alteração lenta em produtividade industrial pode ser economicamente decisiva e jornalisticamente miserável. Um homicídio excepcional possui rosto e drama.

O cérebro ajuda a explicar porquê.

Eventos emocionalmente salientes capturam atenção e podem beneficiar certos aspectos da memória. A amígdala participa na avaliação de relevância emocional e interage com sistemas de memória. Mas atenção não é estatística.

Aquilo que recordamos com facilidade pode parecer mais frequente do que é.

Assim, a imprensa de massas não precisava de mentir para alterar percepção. Bastava seleccionar.

Esta é uma das ideias mais importantes de todo o livro.

Narrativas de poder não dependem necessariamente de falsidade.

Podem ser construídas exclusivamente com factos verdadeiros escolhidos de maneira enviesada.

Imagine uma cidade onde a criminalidade desceu durante dez anos. Um jornal pode publicar todos os dias um crime real. Ao fim de um ano, o leitor pode acreditar que vive num lugar cada vez mais perigoso. Nenhum artigo individual precisa de ser falso.

A mentira está na amostra mental produzida.

A industrialização da imprensa trouxe também jornalismo profissional, investigação, normas de verificação e contrapoder. Seria absurdo reduzir jornais a máquinas de manipulação. Muitas das maiores revelações de abusos de poder resultaram precisamente de imprensa livre.

O mesmo meio pode fiscalizar e explorar.

Esta ambivalência acompanhará todas as tecnologias seguintes.

O rádio pode ensinar ou mobilizar ódio.

O cinema pode criar arte ou propaganda.

A televisão pode informar ou transformar política em espectáculo.

A internet pode democratizar voz ou industrializar desinformação.

A tecnologia não decide moralidade.

Altera incentivos e capacidade.

O jornal industrial fez algo essencial: transformou atenção humana em recurso económico recorrente.

As plataformas digitais apenas aperfeiçoariam o modelo até ao microscópio.

14 — A publicidade descobre que o produto precisa de uma história

Um sabonete lava.

Um automóvel transporta.

Um relógio mede tempo.

Se a economia moderna vendesse apenas funções, grande parte da publicidade desapareceria.

Mas seres humanos não comprem apenas utilidade.

Compravam identidade, estatuto, pertença, promessa e antecipação.

A publicidade percebeu isso cedo.

Quando mercados industriais começaram a produzir objectos semelhantes em grande escala, diferenciar produtos tornou-se um problema narrativo. A marca precisava de representar alguma coisa.

Um automóvel podia significar liberdade.

Um perfume, sedução.

Um cigarro, independência ou masculinidade, durante as décadas em que era possível vender doença como estilo de vida sem que o absurdo impedisse excelentes resultados comerciais.

A narrativa publicitária não apresenta necessariamente uma história completa com princípio, meio e fim. Muitas vezes fornece apenas peças suficientes para o consumidor construir a sua.

“Pessoas como eu usam isto.”

“Se eu tiver isto, serei aquela pessoa.”

É aqui que publicidade e identidade se encontram.

A neurociência não oferece um simples “botão de compra”. Expressões como neuromarketing foram muitas vezes acompanhadas de exageros comerciais muito superiores às evidências. O comportamento de consumo emerge de sistemas complexos de valor, memória, emoção, contexto social e decisão.

Mas a psicologia da narrativa mostra mecanismos relevantes. Histórias capazes de gerar transporte narrativo podem influenciar

atitudes e intenções, sobretudo quando personagens e situações facilitam identificação. Uma revisão extensa de 2024 sobre transporte narrativo integrou investigação sobre persuasão, identidade, pertença, desinformação e mudança de atitudes.

Em 2026, uma revisão de Melanie Green e colegas voltou a sublinhar que imersão, identificação com personagens, enquadramento e fluxo emocional continuam centrais para compreender efeitos persuasivos de narrativas.

A publicidade aprendeu isto empiricamente muito antes de o laboratório lhe dar nomes.

Não explique apenas que o produto funciona.

Mostre uma vida na qual ele pertence.

O consumidor fará o resto.

Daqui nasce uma transformação cultural maior.

O contador de histórias deixa de vender apenas a história.

Vende comportamento.

E como o sucesso pode ser medido em vendas, a narrativa entra num ciclo de optimização. Campanhas são testadas. Mensagens fracassadas desaparecem. Mensagens eficazes são repetidas.

É uma forma inicial de selecção artificial de histórias.

Muito antes do algoritmo, o mercado já estava a aprender quais narrativas sobreviviam melhor dentro da atenção humana.

15 — Rádio: uma voz dentro de milhões de casas

A imprensa podia chegar a milhões, mas exigia leitura.

O rádio removeu essa barreira e acrescentou algo ancestral: voz.

De repente, uma pessoa falava numa sala distante e a sua voz aparecia simultaneamente em milhares ou milhões de casas.

Era a fogueira sem presença física.

O efeito psicológico é difícil de reconstruir para quem nasceu num mundo saturado de comunicação. Hoje ouvimos vozes remotas enquanto conduzimos, cozinhamos ou passeamos. No início do século XX, a capacidade de um líder entrar directamente no espaço doméstico era uma novidade extraordinária.

A rádio combina escala moderna com intimidade antiga.

Uma página mantém distância.

Uma voz respira.

Hesita.

Acelera.

Pode transmitir autoridade, ternura, urgência ou raiva antes mesmo de analisarmos as palavras.

Governos democráticos compreenderam o potencial. Regimes autoritários também.

A propaganda totalitária do século XX demonstrou até onde uma narrativa pode ir quando meios de comunicação, censura e poder estatal se combinam. O nazismo utilizou rádio, cinema, cartazes, rituais de massas e repetição para construir uma visão racial e conspirativa do mundo. O Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos documenta extensamente a centralidade da propaganda no processo de exclusão, desumanização e mobilização social.

É importante compreender o mecanismo sem cair na confortável fantasia de que apenas pessoas ignorantes são susceptíveis.

Propaganda eficaz raramente começa por pedir ao cidadão que aceite a conclusão extrema.

Constrói primeiro categorias.

Quem pertence.

Quem ameaça.

Quem é vítima.

Quem é culpado.

Repete associações.

Normaliza vocabulário.

Transforma indivíduos em tipos.

A narrativa prepara terreno moral antes de preparar acção.

Quando um grupo deixa de ser representado como conjunto de pessoas e passa a ser representado como doença, conspiração ou infestação, a violência futura torna-se psicologicamente mais fácil de justificar.

O rádio acrescenta ainda sincronização.

Milhões escutam ao mesmo tempo.

Isso cria percepção de colectivo. Não estamos apenas a ouvir uma voz; sabemos que outros também estão.

É uma fogueira nacional.

A tecnologia, naturalmente, serviu igualmente educação, cultura e resistência. Em guerra, emissões internacionais podiam furar censura. Programas culturais levaram música, ciência e literatura a lugares antes isolados.

O problema nunca foi a voz distante.

Foi a combinação entre monopólio, repetição e ausência de contraditório.

Quando uma única narrativa ocupa todos os canais, a tecnologia deixa de ligar a sociedade.

Começa a fechá-la.

16 — Cinema: quando a história aprendeu a ocupar os sentidos

O cinema acrescentou à narrativa industrial uma capacidade quase mágica: mostrar.

Um romance pede ao leitor que construa mentalmente uma rua. Um filme coloca a rua diante dele, escolhe o enquadramento, controla o tempo, decide onde olhar e acrescenta música para informar discretamente que emoção talvez seja conveniente sentir naquele instante.

Isto não torna o espectador passivo. Interpretamos, antecipamos e completamos constantemente. Mas o realizador dispõe de uma máquina extraordinariamente sofisticada para dirigir atenção.

Montagem é narrativa transformada em tempo visual.

Um corte pode criar causalidade.

Um grande plano pode transformar um rosto em acontecimento.

Uma música pode converter movimento banal em ameaça.

O cinema é importante para a neurociência contemporânea precisamente por esta riqueza. Filmes são estímulos naturalistas controláveis: apresentam personagens, linguagem, emoções, lugares e acontecimentos durante longos períodos. Estudos de ressonância magnética mostram que diferentes espectadores podem desenvolver padrões cerebrais temporais semelhantes quando acompanham o mesmo filme, sobretudo quando a narrativa impõe estrutura comum de interpretação.

O trabalho sobre a rede de modo padrão reforça esta ideia. À medida que uma história cinematográfica evolui, regiões associadas à construção de significado integram o que acontece agora com aquilo que já sabemos sobre personagens e contexto.

Em 2026, o conjunto de dados SUMMER levou esta abordagem ao nível de neurónios individuais. Vinte e nove pacientes com eléctrodos intracranianos assistiram a um filme completo de 83 minutos enquanto investigadores registavam actividade em 2.286 neurónios do lobo

temporal medial. A análise encontrou respostas a cortes de câmara, mudanças de cena e personagens, com padrões diferentes entre regiões como amígdala e córtex parahipocampal.

Não devemos transformar estes resultados num mapa simplista onde “este neurónio é a personagem” ou “aquela área é a história”. O cérebro distribui representação por populações e redes. O valor do estudo está na possibilidade de observar actividade neuronal durante uma experiência que se aproxima muito mais da vida real do que a apresentação de imagens isoladas.

O cinema também revelou cedo a sua utilidade política.

Regimes, movimentos e Estados descobriram que emoção colectiva numa sala escura podia ser mobilizada. Documentários, noticiários e ficção participaram na construção de patriotismo, inimigos, modelos de género e visões de futuro.

Mas o cinema nunca pertenceu apenas ao poder. Também foi instrumento de crítica, memória e dissidência.

Esta dualidade é constante.

A narrativa mais poderosa pode servir propaganda ou emancipação.

A diferença não está na técnica.

Está em quem fala, que alternativas permanecem disponíveis e se o espectador pode sair da sala e encontrar outras histórias.

17 — Televisão: a fogueira instala-se na sala

O rádio entrou em casa como voz.

A televisão entrou como presença.

Durante a segunda metade do século XX, tornou-se em muitos países o principal palco comum. Famílias organizavam horários em torno de programas. Um telejornal podia definir quais acontecimentos mereciam atenção nacional. Um debate colocava líderes diante de milhões de pessoas ao mesmo tempo.

A política adaptou-se.

Um candidato já não precisava apenas de ter argumentos. Precisava de existir bem num ecrã.

A postura, o rosto, a voz, a rapidez de resposta e a capacidade de produzir uma frase memorável ganharam valor político. A televisão não inventou teatralidade no poder; reis já entendiam cenografia. Mas industrializou-a e levou-a ao sofá.

A diferença entre governar e parecer governável tornou-se mais difícil de separar.

A narrativa televisiva possui restrições específicas. Tempo limitado favorece simplificação. Imagem favorece acontecimentos visuais. Conflito cria ritmo. Personalidade é mais fácil de mostrar do que estrutura.

Uma reforma fiscal pode exigir vinte minutos de explicação.

Um protesto com fogo oferece dez segundos excelentes.

O meio não obriga jornalistas a escolher o fogo. Mas cria incentivos.

Também aqui a narrativa selecciona realidade.

A televisão criou figuras públicas com uma familiaridade sem precedente. Apresentadores, actores e políticos apareciam diariamente em casas onde nunca tinham entrado. O cérebro social reage a rostos e vozes recorrentes como sinais de pessoas relevantes. Não é necessário

confundir relação mediada com amizade real para reconhecer que repetição produz familiaridade.

A política moderna aprendeu a transformar essa familiaridade em confiança.

Campanhas passaram a construir biografias cuidadosamente editadas.

A infância difícil.

O pai trabalhador.

A mãe que ensinou valores.

O encontro decisivo.

O candidato deixa de ser apenas alguém com propostas.

Torna-se protagonista.

O adversário recebe papel igualmente narrativo: risco, passado, ameaça, incompetência ou corrupção.

A democracia precisa inevitavelmente de histórias porque eleitores não processam a totalidade da administração pública. O problema não é existir narrativa política. É permitir que narrativa substitua avaliação.

Quando a política se torna televisão, há uma tentação permanente: governar a imagem do problema em vez do problema.

Uma conferência de imprensa pode ser mais rápida do que uma reforma.

Uma inauguração produz fotografia imediata.

A manutenção de uma ponte não produz fita para cortar.

A realidade administrativa é lenta.

A narrativa televisiva precisa de episódios.

Deste conflito nasceu boa parte da política-espectáculo contemporânea.

18 — O político como personagem

Em democracia, um candidato precisa de votos. Para obter votos, precisa de ser compreendido por pessoas que nunca terão tempo para estudar milhares de decisões, relatórios e propostas.

A narrativa é uma solução inevitável para essa compressão.

“Sou o homem que veio de baixo.”

“Sou a mulher que enfrentou o sistema.”

“Sou o gestor competente.”

“Sou o protector dos esquecidos.”

Cada frase organiza uma biografia inteira dentro de um arquétipo reconhecível.

O problema começa quando o personagem engole a pessoa.

Campanhas profissionais utilizam sondagens, grupos de foco, publicidade, análise de discurso e teste de mensagens. O objectivo é descobrir que interpretação do candidato produz maior adesão.

Isto não é necessariamente manipulação sinistra. Qualquer comunicação precisa de escolher linguagem. Mas a distância entre explicar e fabricar pode tornar-se pequena.

Uma vida humana é contraditória.

Uma marca política não pode ser.

O candidato real mudou de opinião, falhou, hesitou, fez compromissos e possui zonas que não cabem em quarenta segundos.

A personagem precisa de coerência.

Por isso selecciona-se.

Uma fotografia de juventude.

Uma história familiar.

Um gesto num mercado.

Uma frase repetida.

A campanha torna-se montagem cinematográfica da identidade.

O adversário recebe processo inverso. Procura-se um episódio capaz de condensar tudo aquilo que queremos que o eleitor pense sobre ele. Uma frase infeliz pode tornar-se carácter. Um erro passa a essência.

Aqui entra um dos mecanismos mais poderosos da cognição social: inferimos traços estáveis a partir de comportamentos limitados. Fazemo-lo no quotidiano porque precisamos de prever pessoas. A política explora essa necessidade.

Uma narrativa eficaz transforma uma escolha complexa numa decisão social familiar.

Confio neste.

Não confio naquele.

Ele é como nós.

Ela pertence aos outros.

A ideologia passa pelo cérebro social antes de chegar à urna.

Isto explica por que razão factos correctivos nem sempre destroem narrativas políticas. Um facto é uma peça. A narrativa é o modelo inteiro. Se a peça contradiz o modelo, o cérebro pode rejeitá-la, reinterpretá-la ou esquecê-la.

Não somos máquinas bayesianas perfeitas. Somos seres com identidades.

A solução democrática não é eliminar emoção ou narrativa. Seria impossível e indesejável.

É criar instituições que obriguem personagens a encontrar factos: imprensa livre, oposição, tribunais, estatísticas independentes, transparência, arquivo e memória pública.

A democracia funciona melhor quando nenhuma pessoa consegue ser simultaneamente protagonista, realizador, crítico e dono de todas as salas de cinema.

PARTE IV

A Fogueira Algorítmica

A mesma necessidade humana, outra máquina de transmissão.

19 — A Internet quebra o monopólio do contador

A Internet começou por parecer a vitória definitiva da pluralidade.

Qualquer pessoa podia publicar.

O custo de distribuição aproximava-se de zero.

Instituições deixavam de controlar todas as portas de entrada. Um especialista desconhecido podia alcançar leitores globais. Um cidadão podia documentar abuso. Um pequeno movimento podia organizar-se sem possuir jornal, rádio ou televisão.

Era uma transformação genuinamente libertadora.

E continua a ser.

Nunca foi tão fácil aceder a arquivos, investigação científica, cursos, bibliotecas, opiniões estrangeiras e pessoas com experiências radicalmente diferentes das nossas.

Mas a mesma arquitectura eliminou barreiras para falsidade, extremismo, assédio e propaganda.

Durante a era da imprensa, publicar exigia algum capital. Na Internet, a escassez mudou de lugar.

O problema deixou de ser produzir informação.

Passou a ser conseguir atenção.

Esta mudança é gigantesca.

Quando tudo pode ser publicado, a questão política central torna-se: quem decide o que vemos?

Nos primeiros anos, imaginámos que seríamos nós através de pesquisa, subscrição e escolha consciente.

Depois chegaram plataformas cujo modelo económico dependia de manter o utilizador dentro do sistema.

A narrativa entrou na era da recomendação.

Já não basta criar a história.

É necessário vencer outras histórias num mercado de atenção contínua.

Isso favorece conteúdos capazes de produzir reacção rápida.

Surpresa.

Indignação.

Medo.

Prazer.

Identidade.

O ciclo acelera.

Um jornal tinha edição diária.

Uma televisão tinha grelha.

Uma plataforma tem fluxo infinito.

Não existe última página.

Não existe silêncio natural.

A fogueira deixou de apagar quando todos iam dormir.

Passou a viver no bolso.

20 — O algoritmo aprende aquilo que nos prende

Um editor escolhe notícias segundo critérios humanos, bons ou maus. Um algoritmo de recomendação escolhe segundo uma função de optimização.

Essa diferença parece técnica, mas altera profundamente o ecossistema narrativo.

Se o objectivo é aumentar tempo de utilização, cliques, comentários ou partilhas, o sistema aprende padrões associados a esses comportamentos. Não precisa de compreender moralmente a mensagem. Precisa de prever resposta.

Isto cria uma forma de selecção narrativa sem contador central.

Ninguém numa sala precisa de decidir: “vamos polarizar a sociedade”. Basta que determinados conteúdos produzam mais envolvimento e que o sistema os distribua com maior frequência.

A investigação sobre redes sociais mostra que conteúdos moralmente carregados e emocionalmente intensos podem difundir-se mais, embora os efeitos variem por plataforma, grupo e contexto. Estudos também indicam que utilizadores tendem a sobrestimar a hostilidade dos outros quando inferem estados sociais a partir de interacções online.

É importante não transformar “o algoritmo” num demónio metafísico.

Algoritmos também ajudam a encontrar música, conhecimento, comunidades raras e informação relevante. E investigação recente recorda que efeitos de recomendações sobre polarização política são mais complexos do que algumas narrativas populares sugerem.

Mas existe uma mudança objectiva.

O contador antigo observava rostos à sua frente.

Percebia quando o grupo perdia interesse.

O algoritmo observa milhões de sinais.

Quanto tempo parámos.

O que abrimos.

O que repetimos.

O que partilhámos.

Com quem interagimos.

A escala de feedback é incomparável.

A narrativa deixa de ser apenas produzida para uma audiência.

Passa a ser testada numa audiência.

Cada reacção é dado.

A comunicação aproxima-se de um sistema adaptativo.

E aqui surge uma ironia histórica perfeita.

Voltámos ao contador que ajusta a história aos ouvintes.

Só que agora o contador é uma infra-estrutura que pode fazer isso com centenas de milhões de pessoas ao mesmo tempo.

21 — A mentira que vem embrulhada numa boa história

Uma falsidade isolada é frágil.

Pode ser verificada.

Pode ser confrontada.

Pode ser corrigida.

Uma falsidade incorporada numa narrativa é mais resistente porque deixa de depender apenas de uma proposição. Passa a depender de identidade, emoção e causalidade.

“Este facto é falso” é uma correcção simples.

“Tudo o que acreditas sobre quem és, quem te ameaça e quem te enganou está errado” é uma intervenção psicológica muito diferente.

É por isso que desinformação eficaz raramente consiste numa única invenção absurda. Constrói mundos.

Escolhe inimigos.

Liga acontecimentos distantes.

Dá intenção a coincidências.

Transforma ausência de prova em prova de ocultação.

E oferece uma recompensa poderosa: compreensão.

O mundo é complicado. A teoria conspirativa é simples.

A economia depende de centenas de forças. A narrativa diz que três homens numa sala decidiram tudo.

Uma epidemia envolve biologia, comportamento, incerteza e probabilidades. A narrativa oferece culpado.

O cérebro gosta de causalidade porque causalidade permite previsão. Mas essa vantagem evolutiva pode ser explorada por histórias que oferecem causalidade onde existe apenas correlação, acaso ou complexidade.

A memória reconstrutiva acrescenta outro problema. Ao repetir uma história, pessoas podem alterar detalhes para aumentar coerência com os seus próprios esquemas. A tradição experimental desde Bartlett

mostra que recordação não é cópia passiva. Redes sociais aceleram essa reconstrução colectiva.

Um conteúdo é publicado.

Outro utilizador resume.

Outro acrescenta comentário.

Outro transforma em imagem.

Outro remove contexto.

Ao fim de algumas horas, o “facto” inicial tornou-se genealogia de versões.

A velha tradição oral regressa dentro de uma infra-estrutura digital, mas agora com velocidade planetária e arquivo permanente.

A correcção enfrenta ainda uma assimetria narrativa. Muitas falsidades são simples e emocionalmente satisfatórias. A explicação verdadeira pode exigir contexto, estatística e incerteza.

“Eles fizeram isto porque nos odeiam” cabe numa frase.

“Os dados não permitem estabelecer causalidade, há cinco hipóteses concorrentes e o intervalo de confiança é largo” possui menos potencial para uma revolução popular ao jantar.

A resposta não pode ser ensinar pessoas a desconfiar de tudo. Cinismo absoluto é terreno fértil para manipulação porque destrói a distinção entre fonte credível e rumor.

A competência necessária é mais difícil: confiança calibrada.

Perguntar quem afirma.

Que evidência apresenta.

O que poderia refutar a história.

Que fontes independentes convergem.

E sobretudo reconhecer quando uma narrativa é emocionalmente demasiado perfeita.

A realidade raramente distribui heróis e vilões com a eficiência de um argumentista.

22 — O que acontece quando somos transportados

A psicologia da narrativa possui uma palavra particularmente feliz: transporte.

Quando uma história nos absorve, atenção, imaginação e emoção concentram-se no mundo narrativo. Temporariamente, o ambiente real perde prioridade. Podemos estar numa cadeira e sentir o corpo reagir a uma perseguição inexistente.

A investigação de Melanie Green e outros tornou o conceito de transporte narrativo central para estudar persuasão por histórias. Revisões recentes mostram que transporte e identificação com personagens podem contribuir para mudanças em crenças, atitudes e intenções.

O mecanismo não é mágico.

Uma história bem construída reduz a disponibilidade de atenção para produzir contra-argumentos permanentes. Faz o receptor acompanhar causas e consequências a partir de dentro. Personagens funcionam como guias para perspectivas.

Isto pode ser usado para fins admiráveis.

Campanhas de saúde pública podem mostrar experiências de pacientes. Narrativas podem reduzir distância relativamente a grupos desconhecidos.

Educação pode transformar conceitos abstractos em casos memoráveis. Mas a mesma arquitectura pode vender ideologia, produto ou falsidade. A moral não está no transporte.

Está naquilo para onde somos transportados.

É tentador imaginar que pessoas inteligentes resistem melhor. A evidência não oferece conforto tão simples. Conhecimento ajuda a detectar erros factuais, mas motivação e identidade influenciam o modo como raciocinamos. Pessoas instruídas podem possuir ferramentas superiores para defender uma conclusão desejada.

A inteligência melhora o advogado interno; não garante um juiz imparcial.

Há outro aspecto relevante: histórias organizam atenção em torno de indivíduos.

Um drama apresenta uma pessoa concreta.

Políticas públicas tratam populações.

O cérebro emocional responde fortemente a casos identificáveis, o que pode gerar compaixão mas também distorção de prioridades. Uma vítima com nome pode mobilizar mais do que milhares representados numa tabela.

Isso não significa que devemos substituir histórias por folhas de cálculo.

Significa que precisamos das duas formas de conhecimento.

A narrativa responde: o que isto significa para uma vida?

A estatística responde: com que frequência acontece e a quantas vidas?

Uma sociedade que usa apenas números torna-se insensível.

Uma sociedade que usa apenas histórias torna-se manipulável.

A maturidade começa quando conseguimos sentir o caso sem esquecer a distribuição.

23 — Emoção não é inimiga da razão

Durante muito tempo foi popular imaginar razão e emoção como forças adversárias.

A razão seria o adulto responsável.

A emoção, o animal que precisava de ser contido.

A neurociência moderna tornou esse retrato difícil de sustentar. Decisão, aprendizagem e memória dependem profundamente de sistemas que avaliam relevância e valor. Emoção ajuda a decidir o que merece atenção.

Uma história sem emoção pode ser compreendida e esquecida.

Uma história emocionalmente significativa recebe prioridade.

A amígdala participa em processar relevância afetiva e interage com estruturas de memória, mas seria simplista dizer que “a amígdala grava histórias emocionais”. Narrativa envolve redes distribuídas e processos que se desenvolvem ao longo do tempo.

O estudo de filmes tornou isto especialmente visível. A investigação sobre a rede de modo padrão mostra integração de significado; o hipocampo participa na organização de eventos; regiões de mentalização ajudam a interpretar personagens; sistemas sensoriais processam o mundo apresentado. O cérebro não tem departamento de ficção.

A história é construída por cooperação entre sistemas.

Esta integração explica porque uma narrativa consegue simultaneamente ensinar e emocionar.

Quando uma criança aprende uma regra através de um conto, a regra chega ligada a personagens e consequências. Quando um adulto recorda uma experiência política através de uma história familiar, informação pública e autobiografia misturam-se.

As nossas opiniões não vivem num arquivo separado das emoções.

Isso não é defeito.

Seria impossível decidir o que importa sem valor.

O problema é quando actores externos aprendem a explorar emoção para impedir reflexão.

Medo pode estreitar atenção.

Raiva pode aumentar certeza subjectiva.

Identidade pode tornar crítica num ataque pessoal.

Por isso propaganda gosta de urgência.

“Não há tempo.”

“Estamos sob ataque.”

“Se não agirmos agora, será tarde.”

Algumas emergências são reais. Mas a urgência narrativa reduz espaço para perguntas.

Uma das defesas mais simples contra manipulação é recuperar tempo.

Não responder imediatamente.

Não partilhar no pico da emoção.

Procurar fonte.

Esperar informação adicional.

É uma técnica quase ridiculamente modesta para a era digital.

Talvez por isso funcione tão mal com modelos de negócio que lucram precisamente quando não a usamos.

24 — A inteligência artificial torna-se contador de histórias

Até recentemente, toda narrativa humana publicada tinha um custo de produção significativo.

Alguém precisava de escrever, filmar, desenhar, gravar ou pelo menos copiar.

A inteligência artificial generativa altera essa economia.

Um sistema pode produzir texto, imagem, voz e vídeo em segundos. Pode reescrever a mesma mensagem para idades, profissões e estilos diferentes. Pode manter conversas longas. Pode adaptar argumentos depois de receber resposta.

Isto não significa que tenha experiência, intenção humana ou compreensão idêntica à nossa. Significa que a capacidade funcional de gerar linguagem coerente e adaptativa se tornou abundante.

Para a história das narrativas, é uma mudança comparável a uma nova prensa.

Mas a prensa reproduzia o mesmo texto.

A IA pode produzir versões diferentes para cada leitor.

Em 2024, Sandra Matz e colegas mostraram experimentalmente que mensagens geradas por modelos de linguagem e adaptadas a características psicológicas podiam ser mais influentes do que versões não personalizadas em contextos de marketing, política e saúde.

Em Maio de 2025, um estudo pré-registado publicado em *Nature Human Behaviour* comparou debates entre humanos e GPT-4. Quando o modelo tinha acesso a informação sociodemográfica do interlocutor, apresentou vantagem persuasiva significativa relativamente a humanos naquele desenho experimental. Sem personalização, a diferença era muito menor.

Em Julho de 2025, outro trabalho em *Nature Communications* mostrou que mensagens geradas por modelos de linguagem podiam alterar atitudes sobre políticas públicas e atingir eficácia semelhante à

de mensagens escritas por pessoas comuns, com enorme vantagem de escala e custo.

No final de 2025, estudos em *Nature* e *Science* aprofundaram preocupações sobre persuasão política conversacional, mostrando alterações mensuráveis em preferências de eleitores depois de diálogos com sistemas de IA.

Não devemos extrapolar estes estudos para uma conclusão sensacionalista do tipo “a IA controla votos”. Efeitos experimentais dependem de contexto, tema, modelo, duração, população e comparação. Uma meta-análise de 2025 encontrou precisamente heterogeneidade entre estudos.

Mas o sinal histórico é claro.

A persuasão personalizada, antes cara e artesanal, está a tornar-se automatizável.

O contador antigo observava a audiência e mudava o tom.

O político moderno recebia sondagens.

A plataforma digital recolhia cliques.

O sistema generativo pode combinar tudo isso e produzir a frase seguinte em tempo real.

A fogueira ganhou capacidade de responder.

25 — A história que conhece o ouvinte

Há uma diferença entre uma mensagem dirigida a um grupo e uma mensagem construída para uma pessoa.

A publicidade tradicional segmenta.

Homens de determinada idade.

Mulheres com certo rendimento.

Habitantes de uma região.

A personalização generativa pode ir muito mais longe.

Pode conhecer profissão, valores declarados, temas que causam ansiedade, estilo de linguagem preferido e argumentos aos quais a pessoa respondeu anteriormente.

Depois pode testar.

Se um apelo moral não funciona, tenta económico.

Se uma explicação longa perde atenção, resume.

Se o utilizador resiste, pergunta porquê e adapta.

É importante notar que esta capacidade também pode ser benéfica. Educação personalizada pode explicar o mesmo conceito de várias maneiras. Saúde pública pode adaptar linguagem. Um assistente pode ajudar alguém a compreender burocracia ou ciência no seu próprio nível.

Personalização não é sinónimo de manipulação.

Manipulação surge quando existe assimetria de objectivos e informação: o sistema conhece vulnerabilidades do utilizador, tenta mudar comportamento em benefício de terceiro e não torna esse propósito transparente.

É aqui que a questão deixa de ser apenas tecnológica.

Torna-se institucional.

Quem controla o modelo?

Que dados possui?

Qual é a função de optimização?

Quem paga?

Que mensagens são testadas?

Que registos ficam guardados?

Um contador humano tem limites de atenção.

Um sistema pode falar simultaneamente com milhões.

Um propagandista humano cansa-se.

Uma máquina não.

Um panfleto não sabe se convenceu.

Uma conversa digital mede resposta imediatamente.

É a reunião de quatro revoluções anteriores: memória da escrita, escala da imprensa, intimidade da rádio e feedback das redes.

Por isso a questão da autonomia mental ganha importância política.

Não precisamos de imaginar controlo mental. Basta reconhecer influência incremental a grande escala.

Uma pequena alteração de probabilidade aplicada a milhões de pessoas pode produzir efeitos sociais relevantes.

O poder moderno talvez não precise de convencer toda a gente.

Precisa apenas de deslocar margens.

26 — Aprender a viver entre histórias

Se a narrativa é inevitável, a solução não pode ser destruí-la.

Um mundo sem histórias seria cognitivamente pobre e humanamente insuportável.

Precisamos de narrativas para memória, arte, identidade, ensino e ligação social.

A tarefa é desenvolver aquilo a que poderíamos chamar alfabetização narrativa.

Tal como alfabetização tradicional ensina a ler palavras, alfabetização narrativa ensinaria a ler estruturas de persuasão.

Quem é o protagonista?

Quem não tem voz?

Onde começa a história?

Que acontecimentos ficaram fora?

Que causalidade é afirmada?

A evidência prova essa causalidade?

Quem beneficia com a conclusão?

Que facto faria o contador mudar de opinião?

Esta última pergunta é decisiva.

Uma narrativa que explica qualquer resultado e não admite possibilidade de refutação não é uma boa explicação. É um sistema fechado.

Também precisamos de distinguir três camadas que a comunicação política mistura constantemente.

Facto.

Interpretação.

Valor.

“O desemprego foi cinco por cento” é uma afirmação factual verificável segundo definição e fonte.

“O Governo reduziu o desemprego por causa desta política” é interpretação causal.

“Cinco por cento é moralmente inaceitável” é julgamento de valor.

As três podem ser legítimas.

O problema é apresentá-las como se fossem a mesma coisa.

A alfabetização narrativa precisa ainda de humildade estatística.

Um caso comovente não demonstra tendência.

Uma tendência não elimina a realidade do caso.

Uma correlação não prova causa.

Uma média não descreve toda a distribuição.

E uma história verdadeira pode induzir uma conclusão falsa se for escolhida por ser excepcional.

Por fim, precisamos de pluralidade institucional.

Nenhum cidadão consegue verificar tudo. Dependemos de jornalistas, cientistas, tribunais, arquivos, universidades e especialistas. A liberdade não nasce de desconfiar universalmente dessas instituições. Nasce de permitir que se fiscalizem mutuamente e possam ser criticadas com evidência.

Uma sociedade livre não é uma sociedade sem narrativas dominantes.

É uma sociedade onde narrativas dominantes podem ser desafiadas sem que o desafiante seja silenciado pelo poder.

Deixar uma cadeira vazia junto da fogueira significa precisamente isso.

Reservar espaço para a pergunta incômoda.

Epílogo — A cadeira vazia

Voltamos à noite.

O fogo estala.

À volta dele estão pessoas que ainda não inventaram escrita, Estado, imprensa ou algoritmo.

Uma voz começa uma história.

Milénios depois, continuamos no mesmo gesto.

Abrimos um livro.

Ligamos uma televisão.

Entramos numa sala de cinema.

Deslizamos um dedo no telemóvel.

Perguntamos a uma inteligência artificial.

Queremos saber o que aconteceu.

Queremos saber o que significa.

Queremos saber quem somos.

Tecnologia após tecnologia, a narrativa resolveu o mesmo problema fundamental: como transportar experiência entre mentes.

A escrita libertou a história da memória biológica.

A imprensa libertou-a da cópia manual.

A rádio libertou a voz da distância.

O cinema e a televisão deram-lhe presença sensorial em massa.

A Internet libertou publicação das antigas portas.

Os algoritmos aprenderam a escolher histórias segundo resposta.

A inteligência artificial começou a adaptá-las ao indivíduo.

Nenhuma destas revoluções eliminou a anterior.

Acumularam-se.

É por isso que a fogueira nunca se apagou.

Ela está no livro e no ecrã.

Está no sermão e no comício.

Está na publicidade e no telejornal.

Está no avô que recorda a infância e no candidato que reconstrói a própria biografia.

Está também dentro de nós.

Porque cada pessoa vive com uma narrativa sobre si própria.

Recordamos episódios, omitimos outros, criamos relações de causa, atribuímos significado. A identidade autobiográfica é em parte uma história em permanente revisão.

Talvez por isso histórias externas consigam tocar-nos tão profundamente. Falam a linguagem com que já organizamos a experiência.

Não há razão para temer isso.

Há razão para conhecer o mecanismo.

O problema nunca foi o contador de histórias.

O problema começa quando o contador exige exclusividade.

Quando diz que só existe uma versão legítima.

Quando transforma dúvida em traição.

Quando controla todos os canais.

Quando conhece o ouvinte melhor do que o ouvinte conhece o propósito de quem fala.

É nesse ponto que narrativa se aproxima de domínio.

Por isso devemos continuar a contar histórias.

Belas histórias.

Histórias difíceis.

Histórias que preservem memória.

Histórias que incomodem poder.

Histórias que permitam imaginar vidas diferentes da nossa.

Mas junto da fogueira devemos conservar sempre uma cadeira vazia.

Para quem chega com outra versão.

Para quem pede a fonte.

Para quem estraga a moral perfeita com um facto incómodo.

Para quem pergunta se o herói era assim tão herói.

Para quem recorda a voz que ficou fora.

Para quem consegue dizer, sem destruir a conversa:

“É uma excelente história. Agora mostre-me a evidência.”

Enquanto essa cadeira permanecer vazia e disponível, ninguém será dono completo da realidade.

E talvez isso seja o melhor que uma civilização de contadores de histórias pode esperar.

PARTE V

Notas para Não Transformar Ciência em Mito

A mesma necessidade humana, outra máquina de transmissão.

Caderno de Ciência I — O que queremos dizer com “cérebro narrativo”

“Cérebro narrativo” é uma expressão útil desde que não seja tomada literalmente.

Não existe, até onde sabemos, um módulo isolado cuja função exclusiva seja receber histórias. Compreender uma narrativa mobiliza sistemas que também participam noutras actividades: linguagem, memória episódica, conhecimento semântico, atenção, emoção, mentalização, percepção e previsão.

A rede central da linguagem ajuda a transformar palavras e estruturas sintácticas em significado linguístico. O hipocampo participa em formar e relacionar memórias de acontecimentos. A rede de modo padrão integra contexto acumulado, conhecimento anterior, memórias e modelos de situação. Regiões associadas à teoria da mente tornam-se relevantes quando precisamos de inferir intenções ou crenças de personagens. A amígdala participa na avaliação de significado emocional e relevância. Sistemas perceptivos continuam a processar aquilo que vemos e ouvimos.

A narrativa emerge da cooperação.

É por isso que investigações recentes preferem cada vez mais estímulos naturalistas. Histórias e filmes permitem observar como estas redes colaboram durante minutos, em vez de estudar apenas respostas isoladas.

Mas “naturalista” não significa “vida real perfeita”. Uma pessoa dentro de um scanner continua imóvel numa situação artificial. Pacientes com eléctrodos intracranianos representam populações clínicas específicas. Filmes comerciais têm estruturas próprias. Resultados precisam de replicação e generalização.

A ciência progride precisamente porque substitui frases fascinantes por hipóteses testáveis.

A ideia importante não é que “o cérebro foi feito para histórias”. É que narrativas parecem encaixar particularmente bem em mecanismos humanos para organizar acontecimentos no tempo, inferir causas e agentes, recordar informação significativa e simular perspectivas.

Essa formulação é menos romântica.

E muito mais interessante.

Caderno de Ciência II — Memória: reconstruir não é recordar mal

Dizer que memória é reconstrutiva não significa que seja inútil ou permanentemente falsa.

Significa que recordar envolve seleccionar e recombina informação à luz do contexto presente. Esta flexibilidade permite generalizar, integrar experiências e imaginar futuros. O preço é a possibilidade de distorção.

A investigação sobre segmentação de acontecimentos mostra que experiências contínuas são organizadas em unidades. Fronteiras entre acontecimentos ajudam a estruturar memória, e estudos recentes encontraram actividade hipocampal e reactivação de episódios anteriores nesses momentos.

Isto oferece uma ponte elegante entre memória e narrativa.

Quando contamos aquilo que aconteceu, já estamos a segmentar.

Escolhemos onde começar.

Decidimos que acontecimentos pertencem juntos.

Ignoramos milhares de detalhes sensoriais.

Atribuímos causalidade.

Uma autobiografia é, portanto, uma versão organizada da experiência, não uma descarga integral do passado.

O perigo político aparece quando esquecemos essa característica e tratamos memória colectiva como gravação. Testemunhos são indispensáveis, mas podem divergir. Arquivos são essenciais, mas também incompletos. Documentos registam o que alguém decidiu registar.

História séria nasce da comparação entre fontes, não da reverência a uma única memória.

A mesma prudência vale para a nossa própria vida.

Aquilo que recordamos sobre nós é real no sentido psicológico, mas pode ter sido reorganizado ao longo de décadas. O contador de histórias mais persistente que cada pessoa conhece talvez seja ela própria.

Caderno de Ciência III — Ficção, empatia e as promessas exageradas

A ideia de que ler ficção torna pessoas automaticamente mais empáticas tornou-se popular porque é bonita e parece plausível.

A evidência é mais complicada.

Há estudos que encontram associações entre exposição a ficção e desempenho em tarefas de teoria da mente ou medidas de empatia. Algumas experiências encontraram efeitos de curto prazo. Mas existem dificuldades de replicação, medidas controversas e problemas em estabelecer causalidade.

Uma pessoa pode ler mais ficção porque já possui maior interesse por estados mentais de outros. Capacidade verbal pode influenciar leitura e desempenho social. Diferentes tipos de ficção exigem diferentes formas de processamento.

Uma revisão longitudinal com adolescentes encontrou associação contemporânea entre leitura de ficção e teoria da mente, mas não evidência clara de que leitura anterior previsse melhorias futuras quando outros factores eram considerados.

Isto não diminui o valor da literatura.

A literatura não precisa de justificar a existência como comprimido de empatia.

O que podemos afirmar com maior segurança é que narrativas oferecem oportunidades para simular perspectivas e inferir estados mentais. Se essa prática produz mudanças duradouras e generalizáveis depende de muitos factores e continua a ser investigação activa.

É uma boa lição epistemológica.

Quando uma conclusão científica confirma aquilo que gostaríamos moralmente que fosse verdade, devemos aumentar, não reduzir, a exigência crítica.

Caderno de Ciência IV — Persuasão por IA: sinal de alarme, não profecia

Os resultados recentes sobre inteligência artificial e persuasão são suficientemente importantes para merecer atenção e suficientemente novos para exigir cautela.

Em experiências controladas, modelos de linguagem conseguem gerar mensagens que alteram atitudes. Personalização pode aumentar eficácia. Diálogos políticos com IA produziram mudanças mensuráveis em preferências em vários estudos de 2025.

Mas estes resultados não significam que um chatbot possua domínio irresistível sobre eleitores.

Efeitos variam.

Opiniões fortes são mais difíceis de alterar.

O desenho experimental influencia magnitudes.

Modelos diferem.

Interacções reais incluem concorrência entre mensagens, reputação da fonte, contexto social e exposição repetida.

Uma meta-análise publicada em 2025 concluiu que modelos de linguagem podem atingir desempenho persuasivo comparável ao humano, mas sublinhou forte dependência do contexto e da implementação.

A preocupação estratégica vem sobretudo de três factores combinados:

baixo custo;

escala;

e personalização.

Uma mensagem com efeito pequeno pode ser socialmente importante se for produzida e testada milhões de vezes.

Por isso a discussão não deve ser “a IA vai controlar mentes?”.

A pergunta melhor é: que regras queremos para sistemas capazes de realizar persuasão personalizada em massa, potencialmente com acesso a dados comportamentais detalhados?

É uma questão de transparência, privacidade, desenho de plataformas e poder económico.

Ou seja, continua a ser uma questão humana.

Nota final — Sobre este livro

Este livro cruza história cultural, antropologia, psicologia, neurociência e tecnologia. Nenhuma destas áreas cabe inteira numa narrativa de noventa páginas, e seria irónico escrever um livro sobre os perigos da simplificação narrativa fingindo ter resolvido dois milhões de anos de evolução humana num único enredo.

Por isso algumas distinções são essenciais.

Primeiro: sociedades contemporâneas de caçadores-recolectores não são representações directas dos nossos antepassados paleolíticos. Estudos sobre Ju/'hoansi ou Agta ajudam a formular hipóteses sobre funções sociais da narrativa, mas cada povo tem história própria.

Segundo: dizer que histórias podem transmitir normas ou facilitar cooperação não significa que a narrativa tenha uma única função evolutiva.

Terceiro: instituições religiosas e políticas não são tratadas aqui como conspirações monolíticas. Narrativas podem legitimar poder e também resistir-lhe.

Quarto: a neurociência naturalista está em rápida evolução. Muitos resultados descritos são recentes e devem ser lidos como peças de um campo em construção, não como mapa definitivo da mente.

Quinto: a inteligência artificial amplia possibilidades de persuasão mas não elimina agência humana. O risco maior não é uma máquina mística capaz de hipnotizar cidadãos. É a combinação muito concreta entre dados, incentivos económicos, personalização, escala e pouca transparência.

A tese central do livro é, portanto, deliberadamente modesta:

seres humanos usam histórias para organizar experiência e transmitir significado;

novas tecnologias aumentaram progressivamente a distância, velocidade, escala e adaptabilidade dessa transmissão;

e quanto maior é a capacidade de moldar narrativas, mais importante se torna preservar pluralidade, evidência e contraditório.

A fogueira é uma metáfora.

A necessidade humana de sentido é real.

Cronologia — Da fogueira ao algoritmo

Uma cronologia conceptual, não uma linha de “substituições”: cada meio novo acrescentou capacidades e continuou a coexistir com os anteriores.

Pré-história — A voz, o fogo e a memória social: narrativas orais ajudam a transmitir experiências, normas e identidades.

c. 3200 a.C. — A escrita cuneiforme surge na Mesopotâmia; informação começa a sobreviver fora da memória biológica.

II-I milénio a.C. — Tradições de Gilgamesh são reunidas e copiadas; epopeias e mitos ganham longa duração textual.

Antiguidade clássica — Tradições épicas orais e escritas, retórica, teatro e história tornam-se formas centrais de memória pública.

Idade Média — Manuscrito, sermão, ritual, canção, imagem e narrativa popular coexistem num ecossistema híbrido.

Século XV — A imprensa europeia de tipos móveis reduz drasticamente o custo de reprodução de textos.

Século XVI — A Reforma demonstra a força combinada de panfleto, pregação, imagem e canção na persuasão de massas.

Séculos XVIII-XIX — Revoluções, nacionalismos, escola pública, jornais e mercados de massa industrializam identidade colectiva.

Século XX — Rádio, cinema e televisão tornam a narrativa simultânea, audiovisual e doméstica; propaganda atinge escala inédita.

Fim do século XX — A Internet reduz o custo de publicação e quebra muitos monopólios de distribuição.

Século XXI — Redes sociais introduzem recomendação algorítmica, feedback contínuo e competição permanente por atenção.

2020s — IA generativa torna narrativa e persuasão adaptativas, conversacionais, personalizáveis e extremamente baratas.

Bibliografia seleccionada e leituras recomendadas

As referências seguintes sustentam os principais pontos históricos e científicos. A selecção privilegia artigos revistos por pares, editoras académicas e instituições de referência; não pretende ser exaustiva.

Antropologia e evolução cultural

Wiessner, Polly W. (2014). “Embers of society: Firelight talk among the Ju/’hoansi Bushmen”. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(39), 14027–14035. DOI: 10.1073/pnas.1404212111.
<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4191796/>

Smith, Daniel et al. (2017). “Cooperation and the evolution of hunter-gatherer storytelling”. *Nature Communications*, 8, 1853. DOI: 10.1038/s41467-017-02036-8.
<https://www.nature.com/articles/s41467-017-02036-8>

Memória, linguagem e neurociência da narrativa

Yeshurun, Yaara; Nguyen, Mai; Hasson, Uri (2021). “The default mode network: where the idiosyncratic self meets the shared social world”. *Nature Reviews Neuroscience*, 22, 181–192.
<https://www.nature.com/articles/s41583-020-00420-w>

Hahamy, Avital; Dubossarsky, Haim; Behrens, Timothy E. J. (2023). “The human brain reactivates context-specific past information at event boundaries of naturalistic experiences”. *Nature Neuroscience*, 26, 1080–1089.
<https://www.nature.com/articles/s41593-023-01331-6>

Lee, H. et al. (2023). “The default network dominates neural responses to evolving movie stories”. *Nature Communications*, 14, 4197.
<https://www.nature.com/articles/s41467-023-39862-y>

Fedorenko, Evelina; Ivanova, Anna A.; Regev, Tamar I. (2024). “The language network as a natural kind within the broader landscape of the human brain”. *Nature Reviews Neuroscience*, 25, 289–312.
<https://www.nature.com/articles/s41583-024-00802-4>

Bailey, Heather; Smith, Maverick E. (2024). “Event perception and event memory in real-world experience”. *Nature Reviews Psychology*, 3, 754–766.
<https://www.nature.com/articles/s44159-024-00367-0>

- Park, Jiwoong; Song, Hayoung; Shim, Won Mok (2025). “Hippocampal systems for event encoding and sequencing during ongoing narrative comprehension”. *Communications Biology*, 8, 954.
<https://www.nature.com/articles/s42003-025-08377-1>
- “Coordinated representations for naturalistic memory encoding and retrieval in hippocampal neural subspaces” (2025). *Nature Communications*.
<https://www.nature.com/articles/s41467-025-55833-x>
- “Movie-watching evokes ripple-like activity within events and at event boundaries” (2025). *Nature Communications*, 16, 5647.
<https://www.nature.com/articles/s41467-025-60788-0>
- Darcher, Alana et al. (2026). “Human neuron activity during an 83-minute movie from 2,286 neurons and 29 patients”. *Scientific Data*, 13, 1105.
<https://www.nature.com/articles/s41597-026-07955-0>

Persuasão narrativa, ficção e cognição social

- Green, Melanie C. et al. (2024). “Narrative transportation: How stories shape how we see ourselves and the world”. *Advances in Experimental Social Psychology*, 70, 1–82.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0065260124000145>
- Green, Melanie C.; Andreeva, Irina; Raffloer, Gavin (2026). “From Involvement to Effects: Current Research in Narrative Persuasion”. *Current Opinion in Psychology*.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352250X26001260>
- Gan, Runchen et al. (2024). “Mapping the mentalizing brain”. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 167, 105918.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0149763424003877>
- “Overlapping neural correlates underpin theory of mind and semantic cognition” (2024). *Neuropsychologia*, 200, 108904.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0028393224001192>
- van der Kleij, Sanne W. et al. (2022). “Reading fiction and reading minds in early adolescence: A longitudinal study”. *Journal of Experimental Child Psychology*, 222, 105476.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0022096522001059>

Inteligência artificial e persuasão

- Matz, S. C. et al. (2024). “The potential of generative AI for personalized persuasion at scale”. *Scientific Reports*, 14, 4692.
<https://www.nature.com/articles/s41598-024-53755-0>

- Salvi, Francesco et al. (2025). “On the conversational persuasiveness of GPT-4”. *Nature Human Behaviour*, 9, 1645–1653.
<https://www.nature.com/articles/s41562-025-02194-6>
- Bai, Hui et al. (2025). “LLM-generated messages can persuade humans on policy issues”. *Nature Communications*, 16, 6037.
<https://www.nature.com/articles/s41467-025-61345-5>
- Lin, Hause et al. (2025). “Persuading voters using human–artificial intelligence dialogues”. *Nature*, 648, 394–401.
<https://www.nature.com/articles/s41586-025-09771-9>
- Höbling, Lukas; Maier, Sebastian; Feuerriegel, Stefan (2025). “A meta-analysis of the persuasive power of large language models”. *Scientific Reports*, 15, 43818.
<https://www.nature.com/articles/s41598-025-30783-y>

História da escrita, do livro e da comunicação

- British Museum. Registos e ensaios sobre as tábuas da Epopeia de Gilgamesh e a Biblioteca de Assurbanípal.
https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_K-231
- Eisenstein, Elizabeth L. *The Printing Press as an Agent of Change*. Cambridge University Press.
<https://www.cambridge.org/core/books/printing-press-as-an-agent-of-change/7DC19878AB937940DE13075FE839BDBA>
- Pettegree, Andrew. *Reformation and the Culture of Persuasion*. Cambridge University Press.
<https://www.cambridge.org/core/books/reformation-and-the-culture-of-persuasion/>
- Pettegree, Andrew (2017). “Print and the Reformation: A Drama in Three Acts”. *Church History*.
<https://www.cambridge.org/core/journals/church-history/article/print-and-the-reformation-a-drama-in-three-acts/123C0401F52B07F6E2B91221E4D89E38>
- Monot, Pierre-Héli (2025). *Pamphleteering: Polemic, Print, and the Infrastructure of Political Agency*. Cambridge University Press.
<https://www.cambridge.org/core/elements/pamphleteering/5615B12C27CC717A1E2C03DB4FD9C854>
- Anderson, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Verso.
- Bartlett, Frederic C. *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology*. Cambridge University Press, 1932.

United States Holocaust Memorial Museum. Recursos históricos sobre
propaganda nazi e comunicação de massas.
<https://encyclopedia.ushmm.org/>

*A fogueira mudou de suporte. A necessidade de
sentido ficou.*

Fim da primeira versão do manuscrito · Agosto de 2026